

Relatório de Transparência Fiscal



2º Quadrimestre de 2017

Janeiro de 2018

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA
Maria Eduarda Gouvêa Berto

SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Renato de Souza Bravo

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO
Rodrigo Fernandes Barbosa

SUBSECRETÁRIO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL
Carlos Eduardo Lima do Rego

SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO MUNICIPAL
Márcia Cristina de Lima Aldy

ASSESSORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS
Eliane Almeida de Vilhena Totti

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Mariana Monteiro

ASSESSOR ECONÔMICO
José Marcelo Souza Boavista

EQUIPE RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA FISCAL
Ana Cláudia Tavares Mendes
Andre Azevedo de Albuquerque
André Teixeira Coelho Gomes
Claudia Rebordoes Carauta Pombal
Denise Mendes da Silva
Eduardo da Cunha Vianna
Henrique Baptista Marques Junior
Joao Marcos Maia Vidal
Lucia Cristina Correa Neves
Manuel Abraham Nápoles Tibeau
Maria Elisa Werneck Martins
Waldo de Andrade

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Anexo - Centro Administrativo São Sebastião, Cidade Nova
Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.211-900

<http://www.rio.rj.gov.br/web/smf>

ABREVIACÕES, SIGLAS e ACRÔNIMOS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CGM	Controladoria Geral do Município
COMLURB	Empresa Municipal de Limpeza Urbana
COSIP	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública
EDI	Espaço de Desenvolvimento Infantil
FASS	Fundo de Assistência à Saúde do Servidor
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FINCON	Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNPREVI	Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação
IPI-Exp	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPM	Índice de Participação do Município
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
ITCMD	Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial
LC	Lei Complementar
LFT	Letra Financeira do Tesouro
LOA	Lei do Orçamento Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LTN	Letra do Tesouro Nacional
MCidades	Ministério das Cidades
MP	Medida Provisória
MRJ	Município do Rio de Janeiro
NTN-C	Nota do Tesouro Nacional - Série C
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária Municipal
PNAFM	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros
PPI Carioca	Programa de Pagamento Incentivado de débitos tributários, inscritos ou não em dívida ativa
Previ-Rio	Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro
Pró-Moradia	Programa do Governo Federal de acesso à moradia
Pró-Transporte	Programa do Governo Federal para financiamento ao setor público e ao setor privado, a implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana

RCL	Receita Corrente Líquida
RLR	Receita Líquida Real
Salário Educação	Contribuição Social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SIG	Sistema de Informações Gerenciais
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
SUS	Sistema Único de Saúde
TCDL	Taxa de Coleta de Lixo
TransCarioca	BRT da Barra ao Galeão
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

ÍNDICE ANALÍTICO

I) INTRODUÇÃO.....	3
II) RESULTADO FISCAL.....	3
II.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	3
II.2) RESULTADO PRIMÁRIO.....	5
II.3) RESULTADO NOMINAL.....	5
III) RECEITA MUNICIPAL.....	6
III.1) RECEITAS CORRENTES.....	7
III.1.1) RECEITA TRIBUTÁRIA.....	7
III.1.1.1) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS.....	8
III.1.1.2) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU.....	8
III.1.1.3) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS - ITBI.....	8
III.1.1.4) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE.....	8
III.1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	8
III.1.3) DEMAIS RECEITAS CORRENTES.....	11
III.1.3.1) RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES.....	11
III.1.3.2) RECEITA PATRIMONIAL.....	11
III.1.3.3) RECEITA INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS.....	12
III.1.3.4) OUTRAS RECEITAS CORRENTES.....	12
III.2) RECEITAS DE CAPITAL.....	13
III.2.1) OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	13
III.2.2) ALIENAÇÃO DE BENS.....	13
III.2.3) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.....	13
III.2.4) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	13
IV) DESPESA MUNICIPAL.....	13
IV.1) DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA.....	13
IV.2) DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO.....	14
V) CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	16
V.1) RECURSOS EXTERNOS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSE.....	16
VI) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA E DÍVIDA.....	16
VI.1) APLICAÇÃO FINANCEIRA DO CAIXA.....	17
VI.2) DÍVIDA FINANCEIRA.....	17
VII) GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	18
VIII) CONCLUSÃO.....	20

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Transparência Fiscal é uma publicação quadrimestral da Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro - SMF, onde são analisadas as receitas e as despesas da Prefeitura. No que se refere aos valores apresentados ao longo do relatório valem as observações abaixo:

- **Todos os valores apresentados - a menos de quando expressamente especificado - são nominais e acumulados até o período em questão.**
- **Todas as comparações de valores se referem ao mesmo período do ano anterior - a menos de quando expressamente especificado.**

Esta iniciativa da Prefeitura do Rio, por meio da SMF, tem por objetivo garantir transparência na gestão financeira dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro Municipal até a sua aplicação, com base no planejamento orçamentário, e considerando a legislação vigente e os limites definidos pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal - LRF (Lei Complementar N° 101/2000).

Os dados utilizados foram extraídos majoritariamente do Sistema Fincon da Controladoria Geral do Município -CGM. Foram consideradas as receitas e despesas intraorçamentárias e todas as entidades da administração indireta (exceto a CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro), inclusive o fundo de previdência dos servidores públicos, o FUNPREVI, de forma que os dados aqui apresentados estejam de acordo com os demonstrativos da LRF publicados pela CGM. Neste sentido, não são consolidados os números da CDURP uma vez que, embora seja controlada integralmente pelo Município, possui independência orçamentária dada sua natureza de empresa estatal não dependente, de acordo com a legislação vigente.

O relatório está dividido nas seguintes seções:

- i. Na primeira, é apresentado um balanço geral das contas públicas;
- ii. Na segunda, são apresentados os resultados orçamentário, primário e nominal;
- iii. Na terceira seção, são analisadas as receitas municipais por categorias econômicas;
- iv. Na quarta, são apresentados os números das despesas por categoria econômica, por função de governo e por área de resultado;
- v. Na quinta, é feita uma apresentação das fontes de financiamento e dos contratos de repasse;
- vi. As três últimas trazem considerações sobre as aplicações dos saldos de caixa do Município, a gestão da dívida pública e a gestão do patrimônio imobiliário da administração direta.

I) INTRODUÇÃO

Até o segundo quadrimestre de 2017, o Resultado Orçamentário do Município foi superavitário em R\$ 59,5 milhões, considerando os R\$ 16,1 bilhões de Receita Total arrecadada e os R\$ 16,0 bilhões de Despesa Total Liquidada.

Neste período, a Receita Total do Município apresentou redução de 13,4% - destacando-se o desempenho das operações de crédito e das Outras Receitas Correntes.

A queda de 12,3% na Despesa Total Liquidada resultou da combinação de 1,8% de decréscimo nas Despesas Correntes com 68,2% de redução em Despesas de Capital. Este movimento de redução de despesas é fruto da continuidade do vigoroso ajuste fiscal em curso, cuja necessidade reflete os efeitos da recessão em curso no país e tem por objetivo preservar a oferta de serviços públicos essenciais.

A tabela abaixo mostra claramente a dinâmica orçamentária que será apresentada ao longo deste relatório.

TABELA I - PERFIL DE DESPESAS - 2º quadrimestre de 2017

Em R\$ Milhões

Categoria Econômica	Grupos de Despesa	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2º QUADRIMESTRE DE 2017						
		LOA 2017	Dotação Atual	% da Dotação Atual	Despesa Empenhada	% da Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	% da Despesa Liquidada
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	16.624,1	16.189,9	54,3%	10.989,1	52,9%	9.502,3	59,2%
	Juros e Encargos da Dívida	831,4	772,4	2,6%	771,3	3,7%	427,0	2,7%
	Outras Despesas Correntes	9.198,5	9.444,9	31,7%	7.220,7	34,8%	5.208,5	32,4%
Total Despesas Correntes		26.653,9	26.407,2	88,6%	18.981,0	91,4%	15.137,8	94,3%
Despesas de Capital	Investimentos	2.151,8	2.187,0	7,3%	791,4	3,8%	198,8	1,2%
	Inversões Financeiras	149,7	610,8	2,0%	537,9	2,6%	482,9	3,0%
	Amortização da Dívida	474,8	471,7	1,6%	463,4	2,2%	237,0	1,5%
Total Despesas de Capital		2.776,3	3.269,5	11,0%	1.792,7	8,6%	918,8	5,7%
Reserva de Contingência		75,1	131,6	0,4%	-	0,0%	-	0,0%
TOTAL GERAL		29.505,3	29.808,3	100,0%	20.773,8	100,0%	16.056,5	100,0%

Fonte: Balanço Orçamentário (RREO - Anexo I)

II) RESULTADO FISCAL

Esta seção apresenta o resultado fiscal, detalhado nos resultados orçamentário, primário e nominal.

II.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário é apurado pela diferença entre a Receita Orçamentária Total arrecadada e a Despesa Orçamentária Total empenhada ou liquidada. Um Resultado Orçamentário Superavitário reflete uma Receita superior à Despesa (gerando, assim, acúmulo de caixa), ao passo que um Resultado Orçamentário Deficitário compreende a situação inversa, em que há o consumo do superávit de caixa acumulado em períodos anteriores.

Até o segundo quadrimestre de 2017, o Resultado Orçamentário foi superavitário em R\$ 59,5 milhões, considerando os R\$ 16,1 bilhões de Receita Total arrecadada e os R\$ 16,0 bilhões de Despesa Total Liquidada, conforme pode ser observado na Tabela II a seguir, apesar de o superávit ser menor em R\$ 235,0 milhões se comparado com o mesmo período do ano anterior.

A queda de 12,3% na Despesa Total Liquidada, em relação a 2016, resultou da combinação de 1,8% de decréscimo nas Despesas Correntes com 68,2% de redução em Despesas de Capital. O principal motivo dessa diminuição foi a variação de 92,4% (aproximadamente R\$ 2,4 bilhões) no grupo de Investimentos. Em relação às Despesas Correntes, a queda foi de R\$ 797,3 milhões em Outras Despesas Correntes - vide seção IV.1 Despesa por Categoria Econômica.

TABELA II - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

DESCRIÇÃO	ANO		DESCRIÇÃO	ANO	
	2016	2017		2016	2017
RECEITAS CORRENTES [I]	16.668,8	15.727,7	DESPESAS CORRENTES [IV]	15.418,9	15.137,8
Receita Tributária	6.864,1	6.781,6	Pessoal e Encargos Sociais	9.074,5	9.502,3
Receita de Contribuições	2.183,4	2.362,1	Juros e Serviço da Dívida	338,5	427,0
Receita Patrimonial	762,2	363,0	Outras Despesas Correntes	6.005,8	5.208,5
Receita Industrial	5,3	3,4			
Receita de Serviços	192,5	163,9			
Transferências Correntes	4.955,4	4.974,1			
Outras Receitas Correntes	1.706,0	1.079,6			
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CORRENTE [I]-[IV]				1.249,9	589,9
RECEITAS DE CAPITAL [II]	1.937,5	388,3	DESPESAS DE CAPITAL [V]	2.892,9	918,8
Operações de Crédito	1.386,2	114,9	Investimentos	2.601,9	198,8
Alienação de Bens	6,9	141,0	Inversões Financeiras	136,7	482,9
Amortização de Empréstimos	56,5	41,4	Amortização da Dívida	154,3	237,0
Transferências de Capital	487,8	41,8			
Outras Receitas de Capital	0,0	49,2			
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DE CAPITAL [II]-[V]				-955,4	-530,4
RECEITA TOTAL [III]=[I]+[II]	18.606,3	16.116,0	DESPESA TOTAL [VI]=[IV]+[V]	18.311,8	16.056,5
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO [III]-[VI]				294,5	59,5

Fonte: RREO 1º, 2º QUADRIMESTRES DE 2016 E 2017
Despesa Liquidada

Embora as receitas e despesas sejam analisadas com maior detalhe nas respectivas seções deste relatório, cabe mencionar os principais fatores que compõem a variação do Resultado Orçamentário.

Pelo lado da Receita Corrente, o Resultado Orçamentário refletiu, principalmente, o efeito da redução de Outras Receitas Correntes em 36,7% sobretudo pela não Conversão de Depósitos Judiciais Tributários. Também refletiu significativa redução na Receita Patrimonial em 52,4%.

A redução de 12,3% na Despesa Total Liquidada em relação a 2016 resultou da combinação de redução nos Investimentos em 92,4% e 13,3% de redução nas Outras Despesas Correntes, apesar das despesas com Pessoal e Encargos Sociais terem aumentado 4,7%.

Vale recordar que um resultado nominal positivo é considerado um déficit, isto é, um aumento do endividamento líquido do caixa e de haveres financeiros; enquanto que um resultado nominal negativo é considerado um superávit, ou seja, uma diminuição do endividamento líquido.

III) RECEITA MUNICIPAL

Esta seção (Tabela V) apresenta os valores efetivamente arrecadados pelo Município no último quadrimestre.

TABELA V - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)
Em R\$ milhões

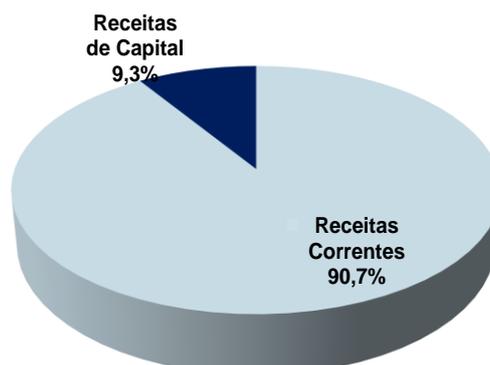
DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A ABRIL			
	2016	2017	Var. Nominal	% Var. Nom.
RECEITAS CORRENTES	16.668,8	15.727,7	-941,1	-5,6
Receita Tributária	6.864,1	6.781,6	-82,5	-1,2
Receita de Contribuições	2.183,4	2.362,1	178,7	8,2
Receita Patrimonial	762,2	363,0	-399,2	-52,4
Receita Industrial	5,3	3,4	-1,9	-35,9
Receita de Serviços	192,5	163,9	-28,5	-14,8
Transferências Correntes	4.955,4	4.974,1	18,7	0,4
Outras Receitas Correntes	1.706,0	1.079,6	-626,3	-36,7
RECEITAS DE CAPITAL	1.937,5	388,3	-1.549,2	-80,0
Operações de Crédito	1.386,2	114,9	-1.271,3	-91,7
Alienação de Bens	6,9	141,0	134,1	1.937,9
Amortização de Empréstimos	56,5	41,4	-15,1	-26,8
Transferências de Capital	487,8	41,8	-446,1	-91,4
Outras Receitas de Capital	0,0	49,2	49,2	-
RECEITA TOTAL	18.606,3	16.116,0	-2.490,3	-13,4

Fonte: RREO 1º, 2º QUADRIMESTRES DE 2016 E 2017

Composição da Receita Total

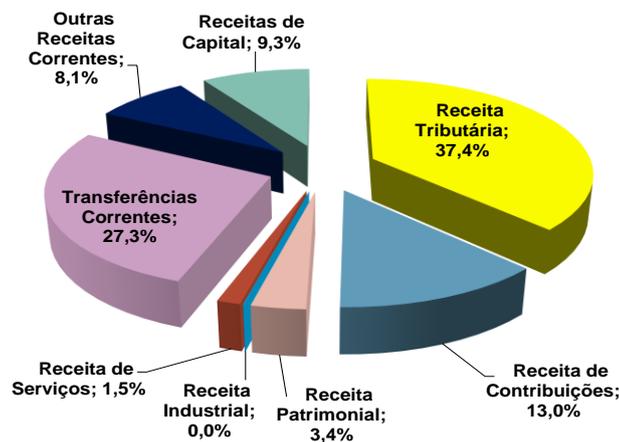
A Receita Total é composta por Receitas Correntes e Receitas de Capital. No Gráfico I, pode-se verificar a composição da Receita Total, considerando as estimativas de receitas da Lei Orçamentária 2017.

GRÁFICO I - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL POR CATEGORIAS ECONÔMICAS NO EXERCÍCIO 2017
ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



O Gráfico II apresenta uma maior desagregação da Receita Total prevista na Lei Orçamentária de 2017. As maiores participações cabem às Receitas Tributárias e às Transferências Correntes, que juntas representam 64,8%.

GRÁFICO II - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM NO EXERCÍCIO 2017 ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



III.1) RECEITAS CORRENTES

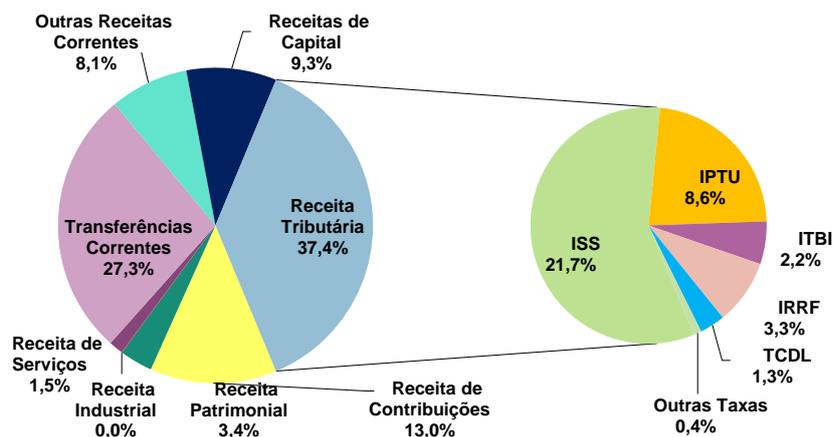
As Receitas Correntes compreendem a Receita Tributária, de Contribuições, Patrimonial, Industrial, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes.

As Receitas Correntes realizadas até o 2º quadrimestre de 2017 atingiram R\$ 15,7 bilhões frente aos R\$ 16,7 bilhões arrecadados no mesmo período de 2016 - variação negativa de 5,6%. Influenciaram esse resultado as Outras Receitas Correntes, as Receitas Patrimoniais e as Receitas Tributárias com diminuição de R\$ 626,3 milhões, R\$ 399,2 milhões e R\$ 82,5 milhões, respectivamente.

III.1.1) RECEITA TRIBUTÁRIA

O Gráfico III desagrega a composição percentual da Receita Tributária.

GRÁFICO III - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA 2017 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



A tabela a seguir apresenta os valores dos componentes da Receita Tributária.

TABELA VI - RECEITA TRIBUTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ milhões

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A ABRIL			
	2016	2017	Var. Nominal	% Var. Nom.
Receita Tributária	6.864,1	6.781,6	-82,5	-1,2
IPTU	1.854,7	2.020,2	165,5	8,9
IRRF	574,3	686,2	112,0	19,5
ITBI	358,5	362,6	4,1	1,1
ISS	3.714,3	3.323,2	-391,1	-10,5
TCDL	289,9	317,3	27,4	9,5
Outras Taxas	72,5	72,1	-0,3	-0,5

Fonte: RREO 1º, 2º QUADRIMESTRES DE 2016 E 2017

III.1.1.1) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

A arrecadação de ISS atingiu o montante de R\$ 3,3 bilhões contra R\$ 3,7 bilhões no 2º quadrimestre 2016, um decréscimo de 10,5%, equivalente a R\$ 391,1 milhões.

III.1.1.2) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

No 2º quadrimestre de 2017 o IPTU arrecadou R\$ 2,0 bilhões, R\$ 165,5 milhões a mais que em relação ao mesmo período do ano anterior (8,9%).

III.1.1.3) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS - ITBI

A arrecadação do ITBI atingiu R\$ 362,6 milhões no 2º quadrimestre de 2017 frente aos R\$ 358,5 milhões arrecadados no mesmo período de 2016 (aumento de 1,1%). O ITBI é um imposto cujo comportamento espelha a dinâmica do mercado imobiliário e, como já vínhamos frisando, sua desaceleração reflete tanto o movimento de acomodação deste mercado após anos de forte valorização, quanto os efeitos do cenário macroeconômico adverso.

III.1.1.4) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

O IRRF arrecadou R\$ 686,2 milhões no 2º quadrimestre de 2017 contra R\$ 574,3 milhões no mesmo período de 2016, com variação de 19,5%. Essa receita compreende, principalmente, o recolhimento de imposto de renda sobre a folha de pagamento mensal do Poder Executivo.

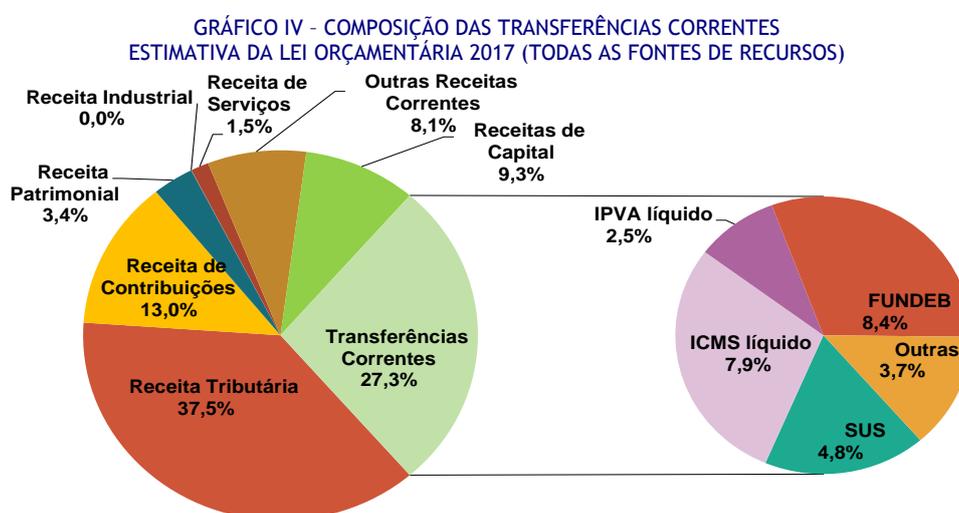
III.1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

Maior participação na Receita Total depois da Receita Tributária, as Transferências Correntes contemplam os ingressos de recursos provenientes da União, do Estado e de convênios correntes, entre outros. A maior parte destas transferências é de natureza obrigatória (repartição

constitucional de receitas tributárias entre os entes da federação), sendo as transferências de natureza voluntária (e.g. convênios) menos expressivas em termos de arrecadação.

No caso dos repasses de tributos federais e estaduais, o comportamento das parcelas transferidas ao Município relaciona-se aos efeitos da atividade econômica sobre a arrecadação de tais entes (Estado do Rio de Janeiro e União), além de critérios específicos de repasse.

Cabe ressaltar que o nível de arrecadação própria do Município do Rio de Janeiro desconcentra receita e fornece graus de liberdade adicionais ao manejo orçamentário, como se pode observar no Gráfico IV a seguir.



As Transferências Correntes totalizaram R\$ 5,0 bilhões até o 2º quadrimestre de 2017 - crescimento de 0,4%.

TABELA VII - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ milhões

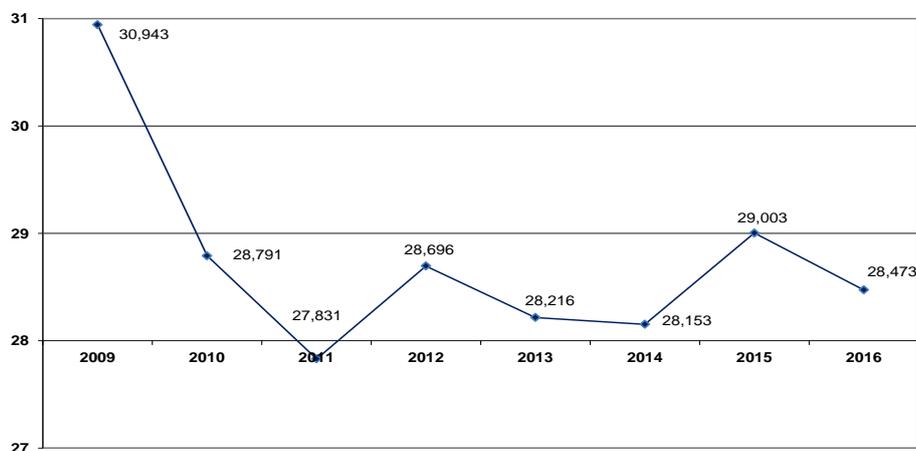
DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES				
	JANEIRO A ABRIL			Var. Nominal	Var. %
	2016	2017			
Transfer. Correntes	4.955,4	4.974,1		18,7	0,4
Intergovernamentais	4.887,5	4.910,1		22,6	0,5
FPM líquido	138,1	155,5		17,4	12,6
SUS	936,7	887,1		-49,7	-5,3
ICMS líquido	1.211,1	1.188,8		-22,3	-1,8
IPVA líquido	584,4	597,3		12,9	2,2
IPI-EXP líquido	28,3	23,6		-4,7	-16,7
Royalties	113,8	187,0		73,3	64,4
FUNDEB	1.494,2	1.537,1		42,9	2,9
Salário-Educação	259,5	247,9		-11,6	-4,5
Outras	121,4	85,7		-35,7	-29,4
Instituições Privadas	0,0	0,0		0,0	-
Exterior	0,0	0,0		0,0	-
Convênios	68,0	64,0		-3,9	-5,8

Fonte: RREO 1º, 2º QUADRIMESTRES DE 2016 E 2017

A seguir, alguns comentários.

- **FPM** – A arrecadação do FPM - transferência da União composta por recursos do IPI e do Imposto de Renda - líquido da parcela do Município para composição do FUNDEB -, atingiu R\$ 155,5 milhões, contra R\$ 138,1 milhões arrecadados no 2º quadrimestre de 2016 (aumento de 12,6%).
- **SUS** – A transferência de recursos do SUS está relacionada aos valores determinados pelo Ministério da Saúde para as diferentes especialidades, sendo ainda influenciada pelo número de leitos oferecidos pela rede municipal de hospitais, clínicas da família e UPAs. A transferência do SUS foi de R\$ 887,1 milhões, decréscimo de 5,3% em relação ao 2º quadrimestre de 2016.
- **ICMS** – A transferência estadual do ICMS, líquido da parcela do Município para composição do FUNDEB, alcançou R\$ 1,2 bilhão, gerando um decréscimo de R\$ 22,3 milhões (1,8%).
- Vale a pena comentar que o Governo do Estado do Rio de Janeiro calcula, anualmente, o IPM (Índice de Participação do Município) para apurar o valor de repasse dos 25% da arrecadação do ICMS que caberá aos municípios fluminenses. No caso do Município do Rio de Janeiro, esses índices podem ser observados no Gráfico V.

GRÁFICO V - EVOLUÇÃO DO IPM DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
2009 A 2016



- **ROYALTIES DO PETRÓLEO** – A transferência de Royalties do Petróleo atingiu R\$ 187,0 milhões, frente aos R\$ 113,8 milhões arrecadados no 2º quadrimestre de 2016 (aumento de 64,4%). Cabe mencionar que a transferência de royalties do petróleo ao Município é função de fatores

externos como a trajetória de preços do barril de petróleo, a taxa de câmbio e a produção física nos campos de extração em que o Município recebe tal participação, entre outros.

- **FUNDEB** – A receita de transferência do FUNDEB atingiu R\$ 1,5 bilhão contra R\$ 1,5 bilhão arrecadados no 2º quadrimestre de 2016 (crescimento de 2,9%). Compõem a base do FUNDEB as cotas-partes das transferências do FPM, ICMS, IPVA, IPI-Ex, Desoneração do ICMS nas Exportações – LC 87/96 (Lei Kandir), ITR, ITCM e FPE. O aumento nas receitas do FUNDEB está diretamente relacionado à trajetória de aumento da cobertura da rede municipal de educação, principalmente no que se refere aos Espaços de Desenvolvimento Infantil - EDI.
- **SALÁRIO EDUCAÇÃO** – Totalizou R\$ 247,9 milhões, enquanto que no mesmo período de 2016 foram arrecadados R\$ 259,5 milhões (retração de 4,5%).

III.1.3) DEMAIS RECEITAS CORRENTES

III.1.3.1) RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

No 2º quadrimestre de 2017, a Receita de Contribuições atingiu R\$ 2,4 bilhões, 8,2% acima dos R\$ 2,2 bilhões arrecadados no mesmo período de 2016. Esta receita é composta por:

- **Contribuições Sociais** – Compreendem a Contribuição dos Servidores (alíquota de 11%) para o custeio do seu sistema próprio de previdência, a Contribuição Patronal (alíquota de 22%), a Contribuição Patronal Suplementar (lei 5.300/2011) e os recursos aportados pelo Tesouro Municipal e pelos servidores para a formação do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor - FASS. Esta receita atingiu R\$ 2,2 bilhões no 2º quadrimestre de 2017, superior em 8,5% aos R\$ 2,0 bilhões do mesmo período de 2016.
- **Contribuições Econômicas** – Compreendem a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP), instituída pela Lei Nº 5.132 de 21 de dezembro de 2009, cobrada pela concessionária de distribuição de energia elétrica com base no consumo e repassada mensalmente ao Município. Foram arrecadados R\$ 191,8 milhões, um crescimento de 4,8% sobre os R\$ 182,9 milhões do mesmo período de 2016.

III.1.3.2) RECEITA PATRIMONIAL

Atingiu R\$ 363,0 milhões, enquanto que no mesmo período de 2016 a arrecadação foi de R\$ 762,2 milhões (redução de 52,4%).

Esta receita é composta por:

- **Receitas de Valores Mobiliários** - Totalizaram R\$ 193,6 milhões contra R\$ 471,4 milhões no mesmo período de 2016 (redução de 58,9%).

- **Outras Receitas Patrimoniais** - A arrecadação destas receitas atingiu R\$ 169,4 milhões, enquanto que no 2º quadrimestre de 2016 foram arrecadados R\$ 290,9 milhões (redução de 41,8%).

III.1.3.3) RECEITA INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS

As Receitas Industrial e de Serviços compreendem, majoritariamente, recursos diretamente arrecadados pela administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista). Juntas perfizeram R\$ 167,3 milhões no 2º quadrimestre de 2017, contra R\$ 197,7 milhões realizados no mesmo período de 2016 (diminuição de 15,4%). A maior parte destas receitas é de natureza intra-orçamentária, ou seja, como valores pagos entre órgãos da Prefeitura pelo Tesouro Municipal pela prestação de serviços da administração indireta em unidades municipais (exemplo: limpeza feita em escolas e unidades de saúde; serviços realizados pela imprensa oficial, entre outros).

III.1.3.4) OUTRAS RECEITAS CORRENTES

No 2º quadrimestre de 2017, foram arrecadados R\$ 1,1 bilhão. Esse valor foi 36,7% menor que os R\$ 1,7 bilhão arrecadados no mesmo período de 2016.

Na Tabela VIII, pode-se observar um avanço nos ingressos nas rubricas que compõem este item.

TABELA VIII - OUTRAS RECEITAS CORRENTES POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)
Em R\$ milhões

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A ABRIL			
	2016	2017	Var. Nominal	Var. %
Outras Receitas Correntes	1.706,0	1.079,6	-626,3	-36,7%
Multas e Juros de Mora	406,5	409,1	2,6	0,7%
Indenizações e Restituições	140,7	82,3	-58,4	-41,5%
Dívida Ativa	209,5	162,8	-46,7	-22,3%
Receitas Diversas	949,3	425,4	-523,9	-55,2%

Fonte: RREO 1º, 2º QUADRIMESTRES DE 2016 E 2017

Cabe ressaltar que, no exercício atual, o desempenho de Outras Receitas Correntes foi impactado, principalmente, pelo aumento na arrecadação das Receitas Diversas.

- **Multas e Juros de Mora** - Este grupo inclui multas e moras sobre débitos em fase administrativa (SMF) e também em fase de cobrança de dívida ativa pela Procuradoria Geral do Município;
- **Dívida Ativa** - Foram arrecadados R\$ 162,8 milhões frente aos R\$ 209,5 milhões arrecadados no mesmo período do ano anterior, evidenciando uma diminuição de 22,3%. Destaque-se que esta rubrica não inclui as multas e juros de mora cobrados juntamente com o principal de débitos já inscritos em dívida ativa.

- **Receitas Diversas** - Foram arrecadados R\$ 425,4 milhões no 2º quadrimestre de 2017 contra R\$ 949,3 milhões no mesmo período de 2016 (diminuição de 55,2%). Nas Receitas Diversas, o principal destaque ficou por conta da não liberação de depósitos judiciais tributários, acarretando uma receita inferior à programada.

III.2) RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital (vide Tabela V) realizadas 2º quadrimestre de 2016 atingiram R\$ 1,9 bilhão contra R\$ 388,3 milhões realizados no mesmo período de 2017 (diminuição de 80,0%). Elas compreendem as receitas de Operações de Crédito, Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital.

III.2.1) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As Operações de Crédito atingiram R\$114,9 milhões, redução de 91,7% em relação aos R\$ 1,4 bilhão alcançado no 2º quadrimestre de 2016, com destaque para programas de estruturação do transporte e mobilidade urbana.

III.2.2) ALIENAÇÃO DE BENS

A receita de Alienação de Bens foi de R\$ 141,0 milhões, R\$ 134,1 milhões acima dos R\$ 6,9 milhões arrecadados no 2º quadrimestre de 2016.

III.2.3) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

A receita de Amortização de Empréstimos foi de R\$ 41,4 milhões, 26,8 % abaixo dos R\$ 56,5 milhões arrecadados 2º quadrimestre de 2016. Essas receitas referem-se predominantemente a recursos do Previ-Rio provenientes do retorno de empréstimos de financiamentos imobiliários concedidos a servidores.

III.2.4) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

O montante arrecadado foi de R\$ 41,8 milhões no 2º quadrimestre de 2017, 91,4 % abaixo dos R\$ 487,8 milhões arrecadados no mesmo período do ano anterior.

IV) DESPESA MUNICIPAL

IV.1) DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

A Tabela abaixo apresenta a execução orçamentária do 2º quadrimestre de 2017, e o gráfico seguinte mostra a participação de cada grupo de despesa no total liquidado neste período.

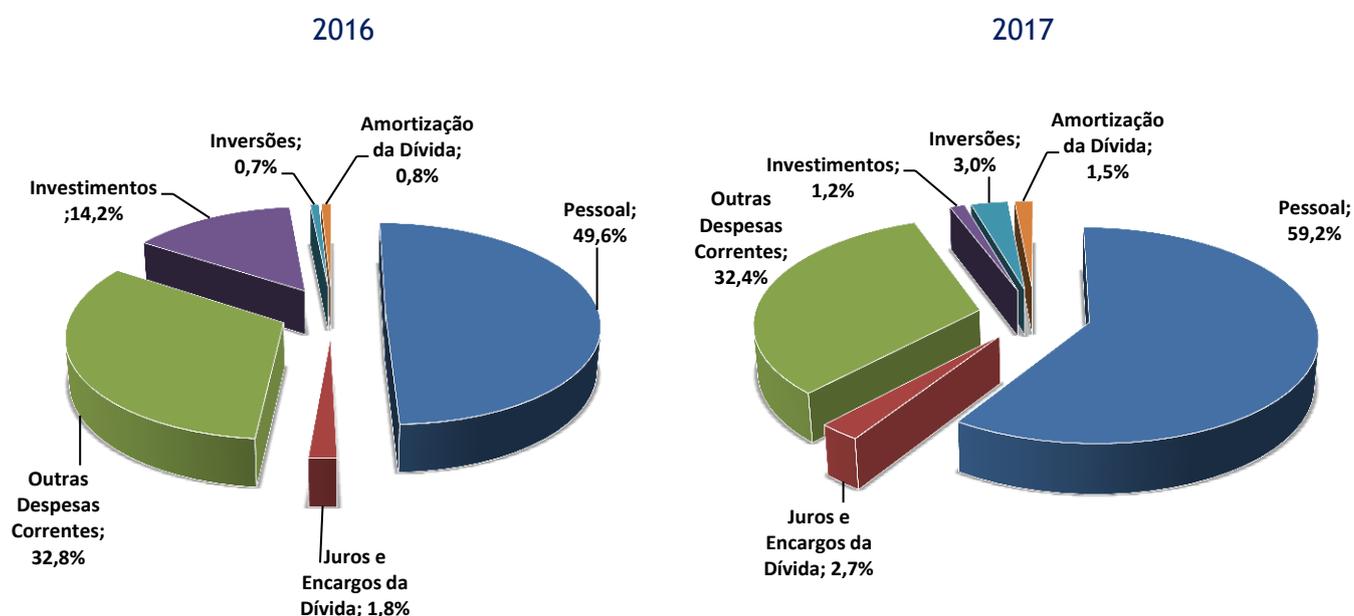
TABELA IX - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR CATEGORIA ECONÔMICA
2º QUADRIMESTRE DE 2016 E 2017 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

Categoria Econômica	Grupo de Despesas	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 2º QUADRIMESTRE DE 2017			
		2016 (A)	2017 (B)	Var. Nominal B-A	Var. % (B)/(A)
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	9.074,5	9.502,3	427,7	4,7%
	Juros e Encargos da Dívida	338,5	427,0	88,4	26,1%
	Outras Despesas Correntes	6.005,8	5.208,5	(797,3)	-13,3%
Despesas Correntes		15.418,9	15.137,8	(281,2)	-1,8%
Despesas de Capital	Investimentos	2.601,9	198,8	(2.403,1)	-92,4%
	Inversões	136,7	482,9	346,2	253,2%
	Amortização da Dívida	154,3	237,0	82,7	53,6%
Despesas de Capital		2.892,9	918,8	(1.974,2)	-68,2%
TOTAL GERAL		18.311,8	16.056,5	(2.255,3)	-12,3%

Fonte: Balanço Orçamentário (RREO - Anexo I)

GRÁFICO VI - PARTICIPAÇÃO DE CADA GRUPO DE DESPESA NO TOTAL LIQUIDADADO NO 2º QUADRIMESTRE (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



O total liquidado no 2º quadrimestre de 2017 foi de R\$ 16,1 bilhões, 12,3% abaixo do liquidado no mesmo período de 2016. Esta variação de R\$ 2,2 bilhões ocorreu, principalmente, em razão do decréscimo das Despesas de Capital. A seguir, alguns comentários:

Na Despesa de Pessoal e Encargos Sociais, observa-se aumento de R\$ 427,7 milhões, correspondendo a 4,7%. A alteração ocorreu em razão do crescimento natural decorrente de reajustes e crescimento vegetativo.

Em relação aos Juros e Encargos da Dívida, observa-se um acréscimo de R\$ 88,4 milhões (26,1%) em relação a 2016, devido às fontes de recursos externas captadas para fazer frente aos investimentos de infraestrutura urbana e equipamentos que atenderam os grandes eventos realizados nos últimos anos - vide seção VI.2 Dívida Financeira.

Em relação às Outras Despesas Correntes, houve queda de 13,3% em 2017, o que equivale a R\$ 797,3 milhões a menos. Esse fenômeno se deu em função do vigoroso ajuste fiscal realizado ao longo do ano.

No tocante às Despesas de Capital, a rubrica Investimentos mostra decréscimo de R\$ 2,4 bilhões (92,4%) quando comparado a 2016. Destacam-se as quedas nos gastos com Obras e Instalações, explicadas pelo fim dos eventos ocorridos nos últimos anos.

Nas Inversões Financeiras, houve um acréscimo de R\$ 346,2 milhões (253,2%) no 2º quadrimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento refere-se a operações de aquisições de imóveis.

Quanto ao grupo Amortização da Dívida, observa-se um aumento de 53,6%, variando de R\$ 154,3 milhões liquidados no 2º quadrimestre de 2016 para R\$ 237 milhões no mesmo período de 2017 - vide seção VI.2 Dívida Financeira.

IV.2) DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Pela Tabela a seguir, verifica-se que as áreas de Educação, Saúde, Previdência Social e Administração respondem por 72,9% das despesas orçamentárias. As outras funções que apresentaram participações expressivas na composição dos gastos foram: Urbanismo, com 7,8%, e Encargos Especiais, com 7,0%. Essas seis funções totalizaram 87,6% dos gastos do Município. A análise evidencia despesas em funções típicas do ente, que tem por finalidade precípua a prestação de serviço e atendimento à população.

TABELA X - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO
2º QUADRIMESTRE DE 2017 - (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

Função		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2º QUADRIMESTRE		
	Liquidado	Composição
EDUCAÇÃO	3.785,8	23,6%
SAÚDE	3.234,8	20,1%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.850,9	17,8%
ADMINISTRAÇÃO	1.835,4	11,4%
URBANISMO	1.245,9	7,8%
ENCARGOS ESPECIAIS	1.117,5	7,0%
LEGISLATIVA	478,1	3,0%
SANEAMENTO	346,7	2,2%
SEGURANÇA PÚBLICA	318,2	2,0%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	310,2	1,9%
TRANSPORTE	137,8	0,9%
CULTURA	111,0	0,7%
JUDICIÁRIA	78,0	0,5%
HABITAÇÃO	63,8	0,4%
GESTÃO AMBIENTAL	58,4	0,4%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	49,8	0,3%
DESPORTO E LAZER	14,8	0,1%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	7,8	0,0%
TRABALHO	5,8	0,0%
INDÚSTRIA	5,1	0,0%
DIREITOS DA CIDADANIA	0,9	0,0%
Total Geral	16.056,5	100,0%

Ressaltamos que a classificação das despesas por função de governo demonstrada no quadro acima não guarda relação direta com a aplicação dos preceitos constitucionais de aplicação obrigatória de recursos em Educação (25%) e Saúde (15%), cujos cálculos baseiam-se na comparação de gastos nestas áreas com rubricas específicas de Receitas, não refletidos nesta Tabela.

V) CAPTAÇÃO DE RECURSOS

V.1) RECURSOS EXTERNOS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSE

Verifica-se, no período, o início da retomada no andamento contratual, notadamente as operações firmadas com o BNDES e com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Outro contrato que merece destaque, refere-se ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM 2 - 2ª Etapa, que no quadrimestre executou cerca de 80% das metas estabelecidas. Este projeto está relacionado a investimentos no datacenter da IPLANRIO, em infraestrutura de hardware para o sistema GICOF, implantação de

salas de videoconferência e em capacitação dos servidores municipais, através do programa Líderes Cariocas.

A tabela, a seguir, apresenta resumidamente, a situação dos contratos externos em andamento, no Município do Rio de Janeiro.

TABELA I - TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ANDAMENTO

Modalidade	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2017			REALIZADO ACUMULADO			Em R\$ mil
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	
Repasso	PAC I - OGU 2007/08/09	67.511	293.818	361.328	0	0	0	65.281	277.398	342.679
	PAC II - OGU 2011/12/13/14	113.726	2.902.678	3.016.403	0	26.804	26.804	0	2.164.493	2.164.493
	CTs de Repasse	31	3.090	3.121	0	0	0	0	0	0
		181.267	3.199.585	3.380.853	0	26.804	26.804	65.281	2.441.891	2.507.172
Empréstimo	PAC FGTS - CEF	355.162	948.900	1.304.062	5	56	61	293.377	646.140	939.517
	PAC MOBILIDADE	893.503	5.912.389	6.805.893	47.311	100.167	147.478	745.546	4.993.533	5.739.079
	PROAP III - BID	488.775	488.775	977.550	9.139	36.276	45.415	153.555	243.066	396.621
	RIO DE EXCELÊNCIA - BIRD	36.774	52.577	89.351	0	0	0	37.061	5.052	42.113
	PNAFM / PMAT	12.866	59.240	72.106	1.234	11.123	12.357	1.234	11.123	12.357
		1.787.080	7.461.882	9.248.961	57.689	147.622	205.311	1.230.773	5.898.913	7.129.686
TOTAL	1.968.347	10.661.467	12.629.814	57.689	174.426	232.115	1.296.054	8.340.805	9.636.859	

Fonte: F/ACR.

As tabelas com os detalhes da destinação dos recursos encontram-se em anexo ao final deste documento.

VI) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA E DÍVIDA

VI.1) APLICAÇÃO FINANCEIRA DO CAIXA

O Tesouro Municipal mantém aplicações financeiras do caixa da Administração Direta em fundos de investimentos exclusivos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal). São mantidos, ainda, depósitos em poupança em bancos públicos federais para alguns casos de recursos transferidos de outros entes (Estado e União) em que há aplicação obrigatória nesta modalidade.

Os recursos financeiros das empresas, autarquias e fundações com tesouraria própria são administrados pelas Diretorias Financeiras de cada entidade, sendo determinada a aplicação nos fundos de investimentos utilizados pelo Tesouro Municipal ou em produtos de mesmo risco de crédito. Por seu turno, as entidades administradas pelo Previ-Rio (incluindo Funprevi e FASS) possuem estratégias e restrições próprias de seus investimentos, aprovada pelo seu Conselho de Administração, dada a especificidade do setor previdenciário, que possui regulamentação específica e previsão de independência da gestão em relação ao patrocinador.

O total de receita financeira apurada pelo Município neste período foi de R\$ 193,6 milhões (58,9% menor do que igual período de 2016), sendo R\$ 184,5 milhões apurados pela Administração Direta

e R\$ 9,1 milhões pela Administração Indireta (incluídos R\$ 3,9 milhões das entidades previdenciárias).

A carteira total de ativos do Tesouro (Administração Direta), excetuando as aplicações em poupança, está concentrada em ativos de curto prazo, e apresentou uma rentabilidade média ponderada pelos saldos diários de 99,07% da Selic em 2017, enquanto que em 2016 foi de 99,84% da Selic, e os saldos médios aplicados foram de R\$ 1.870 milhões em 2017 e de R\$ 3.417 milhões em 2016.

Os fundos de investimentos exclusivos da Prefeitura, administrados por instituições oficiais líderes no mercado de administração de recursos (BB e CEF), registraram uma rentabilidade média ponderada pelos saldos diários de 99,12% da SELIC, enquanto que no mesmo período de 2016 foi de 99,98% da SELIC. Estes fundos possuem no seu patrimônio líquido, além dos recursos da Administração Direta, os recursos da maioria das entidades da Administração Indireta e da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Ressalta-se que os saldos médios destas aplicações no período foram de R\$ 1,9 bilhão, enquanto que no mesmo período de 2016 foi de R\$ 3,1 bilhões, representando um decréscimo de 39,1%. Tal fato, em conjunto com a redução da taxa SELIC, explica a redução da rentabilidade, tanto de forma nominal como proporcional, pois estes fundos exclusivos possuem taxa de administração escalonada de acordo com o patrimônio do fundo, ou seja, quanto maior o saldo aplicado menor a taxa de administração e, por conseguinte, maior a rentabilidade.

O outro fator que contribuiu para a redução da receita financeira foi a média da taxa Selic em 2017 (10,64% a.a.) que está consideravelmente menor do que em 2016 (14,14% aa), tendo em vista a Política Monetária adotada pelo Banco Central.

Ressalta-se que, apesar da gestão ativa do Tesouro Municipal na composição da carteira, a redução expressiva no caixa da Prefeitura e a alta necessidade de liquidez para honrar os compromissos financeiros restringem a alocação em ativos com melhores rentabilidades.

A política de investimentos do Município está normatizada por meio da Resolução SMF nº 2.672/2011.

VI.2) DÍVIDA FINANCEIRA

A dívida bruta financeira atingiu R\$ 11,6 bilhões, distribuídos pelos credores abaixo:

TABELA XIII - ESTOQUE DA DÍVIDA BRUTA FINANCEIRA

Credor	Saldo em R\$ Mil (31/08/2017)	Encargos Médios Anuais (1)	Último vencimento
União em R\$ (1 contrato)	742.540	IPCA + 4,01%	2029
Banco Mundial- DPL(1 contrato)	3.147.523	US\$ + 3,62%	2040
BNDES (5 contratos)	3.977.750	URTJLP + 7,31%	2031

BNDES (4 contratos)	1.225.691	UMIPCA + 8,75%	2024
CEF (38 contratos)	1.675.271	UPR + 8,45%	2038
União em US\$ (2 contratos)	77.688	US\$ + 4,45%	2024
CEF/União-US\$ (2 contratos)	75.981	US\$ + 2,44%	2029
BID (4 contratos)	694.955	US\$ + 3,74%	2037
Banco Mundial (1 contrato)	14.855	US\$ + 1,61%	2033
Total (58 contratos)	11.632.253	Taxa de Juros Média = 6,20%	Duration = 7 anos

(1) Os Encargos Médios incluem os indexadores nominais, taxa de juros, comissões e encargos de risco de crédito.

Ao longo deste e dos próximos exercícios ocorrerão liberações de recursos de operações de crédito complementares dos financiamentos já assinados na data deste relatório, num montante total aproximado de R\$ 1,5 bilhão - a serem agregados ao montante da dívida bruta financeira. Este montante inclui saldos a receber para as obras de urbanização popular, de macrodrenagem e saneamento de Jacarepaguá e Santa Cruz e dragagem de rios (Rio Joana) na região do Maracanã (CEF - total de R\$ 312 milhões); US\$ 52,0 milhões do Programa de Urbanização apoiado pelo contrato do BID; US\$ 11,0 milhões do Programa Rio de Excelência assinado com o BIRD; R\$ 481 milhões para o corredor de transportes TransBrasil do financiamento com a CEF; Programa Pró-Transporte (CEF - R\$ 188 milhões); Programa Estruturador de Transporte Urbano - 2ª complementação (BNDES - R\$ 232 milhões); Programa de Modernização da Adm. Tributária - PMAT IV (BNDES - R\$ 45,2 milhões).

Conforme demonstrado pela tabela abaixo, o Município cumpre com folga os limites de endividamento da LRF e da MP 2185-35/2001 (Refinanciamento de Dívida Municipal com a União). Cabe salientar que a redução dos percentuais desde dez-2016, refere-se aos efeitos da LC 148/2014 e LC 151/2015, regulamentadas pelo Decreto Federal 8.616/2015, que reduziu o estoque da dívida com a União em aproximadamente R\$ 6,7 bilhões.

TABELA XIV - INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Ato	Indicador	Limite	MRJ 2016	MRJ Ago-2017
Resolução Senado 40/2001	Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (RCL) anual	120%	64,73%	60,49%
Resolução Senado 43/2001	Média do serviço anual da dívida até 2027 / RCL anual	11,5%	6,93%	8,26%
MP 2185-35	Dívida Contratual Bruta total / Receita Líquida Real (RLR) anual	100%	75%	78%

A tabela a seguir apresenta os ratings conferidos pelas três principais agências internacionais de classificação de risco para o governo federal e para os governos subnacionais do país ao final do

segundo quadrimestre de 2017¹ - lembrando que as condições macroeconômicas do país e o rebaixamento da nota de crédito da União pesaram negativamente nos ratings da Cidade.

TABELA XV - RATINGS DE GOVERNOS NO BRASIL (ESCALA INTERNACIONAL)

FITCH	MOODY'S	STANDARD AND POOR'S
BB: União, Mun. RJ, Mun. SP, Est SP, PR, SC	Ba2: União, Mun. RJ e Estado SP	BB: União, Mun. RJ e Estados SP, SC
BB-: Est. MA	Ba3: BH, Estados do PR, MA e MG	BB-: MG
C: Est. RJ		CCC-: RJ

Fonte: Websites das respectivas agências. Os níveis mínimos para classificação de Grau de Investimento são BBB- (Fitch e Standard and Poor's) e Baa3 (Moody's).

VII) GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A Superintendência de Patrimônio Imobiliário, da Secretaria Municipal de Fazenda, realiza a administração do patrimônio imobiliário da administração direta (não incluindo os imóveis do FUNPREVI e PREVIRIO)², sendo responsável pela cobrança das receitas provenientes de sua utilização, bem como pela seleção e promoção das alienações autorizadas em leis específicas.

Em termos da arrecadação, os principais destaques são:

Alienação de Bens – Receita obtida com a venda de imóveis e investidas. A arrecadação acumulada até o segundo quadrimestre foi de R\$ 15,2 milhões, frente a R\$ 7,4 milhões no mesmo período do exercício de 2016 (valor atualizado pelo IPCA-E). Destaca-se a quitação integral da alienação do imóvel sito à Rua Engenheiro Mário Fernandes Guedes - Barra da Tijuca, no valor de R\$ 8,5 milhões, cujo pagamento ocorreu em abril.

Outras Receitas Patrimoniais – Grupo composto por receitas provenientes de aluguéis, foros, laudêmios, concessões e permissões de uso, etc. A arrecadação acumulada até o segundo quadrimestre atingiu o montante de R\$ 109,6 milhões, frente a R\$ 99,6 milhões no mesmo período do exercício de 2016 (valor atualizado pelo IPCA-E), o que representa um acréscimo real de 10%. Houve impacto significativo da arrecadação oriunda dos contratos de mobiliário urbano: R\$ 61,1 milhões (2º Quad. 2017) contra R\$ 39,4 milhões (2º Quad. 2016 - valor atualizado).

VIII) CONCLUSÃO

A situação fiscal da Prefeitura do Rio de Janeiro até o segundo quadrimestre de 2017 é reflexo da forte pressão que o atual ciclo recessivo impõe sobre o orçamento municipal. Com boa parte das

¹ Para a classificação atual conferida pelas agências de rating consultar: <http://prefeitura.rio/web/smf/relacoes-com-investidores>

² Os valores reportados nas tabelas deste relatório se referem ao total patrimônio imobiliário do Município.

receitas em queda e outras com virtual estabilidade, a Prefeitura teve que se engajar em um profundo ajuste fiscal, como forma de preservar a oferta de serviços públicos essenciais.

A lenta recuperação da economia, e seus efeitos sobre a velocidade de recuperação da arrecadação municipal, mantém o desafio da Prefeitura de atravessar o ano de 2017 sem que suas obrigações sejam descumpridas.

ANEXO

Tabela I - PAC I e II

PAC I - OGU CEF 2007/2008/2009	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2017			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
	Em R\$ mil								
<i>Urbanização de Áreas</i>									
Colônia Juliano Moreira	27.159	82.000	109.159	0	0	0	26.756	79.343	106.099
SOEICON/Centro I/II - <i>concluído</i>	3.133	9.533	12.665	0	0	0	3.133	9.533	12.665
Complexo de Manguinhos	15.125	83.120	98.245	0	0	0	15.110	80.977	96.086
Complexo do Alemão	18.186	93.297	111.484	0	0	0	18.183	91.318	109.501
Tijuca -FNHIS	3.908	25.868	29.776	0	0	0	2.099	16.228	18.327
TOTAL PAC I - OGU	67.511	293.818	361.328	0	0	0	65.281	277.398	342.679

PAC II - OGU CEF 2011/2012/2013/2014	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2017			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
	Em R\$ mil								
Canal Mangue/Trapicheiro	22.675	141.720	164.395	0	0	0		15.826	15.826
Contenção Encostas 2011	1.870	71.541	73.411	0	240	240		61.061	61.061
Morro da Providência - <i>concluído</i>	34.919	48.256	83.175	0	0	0		48.256	48.256
Chapadão/Chico Mendes	54.262	43.671	97.933	0	0	0		23.259	23.259
Cont. Encostas Centro/Tijuca 2012	0	96.474	96.474	0	5.172	5.172		13.716	13.716
Cont. Encostas Zona Norte 2012	0	123.756	123.756	0	0	0		241	241
Cont. Encostas Alemão/Penha 2012	0	83.490	83.490	0	732	732		13.847	13.847
Cont. Encostas Zona Oeste 2012	0	45.432	45.432	0	0	0	0	141	141
Obras Implantação do VLT Centro *	0	532.000	532.000	0	15.023	15.023	0	437.273	437.273
PAC Olímpico - Ginásio Handebol	0	147.710	147.710	0	0	0	0	147.838	147.838
PAC Olímpico - Centro de Tênis	0	215.551	215.551	0	0	0	0	216.290	216.290
PAC Olímpico - Velódromo	0	150.033	150.033	0	0	0	0	134.470	134.470
PAC Olímpico - Estádio Aquático	0	207.119	207.119	0	0	0	0	226.422	226.422
PAC Olímpico - Deodoro (Área Norte)	0	719.709	719.709	0	0	0	0	640.137	640.137
PAC Olímpico - Deodoro (Área Sul)	0	171.669	171.669	0	0	0	0	131.006	131.006
PAC Olímpico - Deodoro (Domínio Urbano)	0	54.712	54.712	0	5.637	5.637	0	54.711	54.711
PAC/Mcidades - Proj Transbrasil Fase 2	0	30.660	30.660	0	0	0	0	0	0
PAC/Mcidades - Projeto BRT Ligação B	0	19.173	19.173	0	0	0	0	0	0
TOTAL PAC II - OGU	113.726	2.902.678	3.016.403	0	26.804	26.804	0	2.164.493	2.164.493

* O valor refere-se apenas à parcela da União. A parcela correspondente à iniciativa privada na PPP do VLT foi excluída da totalização.

Fonte: F/ACR.

Tabela II - CONTRATOS DE REPASSE

CONTRATOS DE REPASSE	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2017			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
	Em R\$ mil								
CRAS - Reforma Centro	4	411	415	0	0	0	0	0	0
CRAS - Reforma Paciência	4	419	423	0	0	0	0	0	0
CRAS - Reforma C.Grande	4	391	395	0	0	0	0	0	0
CRAS - Reforma Grajaú	4	439	443	0	0	0	0	0	0
CRAS - Reforma I.Gov.	3	341	344	0	0	0	0	0	0
CRAS - Construção Sta.Cruz	6	590	596	0	0	0	0	0	0
CREAS - Construção Sta.Cruz	5	500	505	0	0	0	0	0	0
TOTAL CR Urbanização de Áreas	31	3.090	3.121	0	0	0	0	0	0

Fonte: F/ACR.

Tabela III - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO - URBANIZAÇÃO DE ÁREAS / SANEAMENTO

PAC - FGTS CEF	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2017			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
<i>Urbanização de Áreas 2007/2008</i>									
Reg. Fundiária Fernão Cardim - <i>concluído</i>	23	445	468	0	0	0	23	445	468
A. Lima / S.Rodrigues	2.691	21.635	24.326	0	0	0	2.641	19.723	22.364
São Carlos	2.001	21.145	23.146	0	0	0	1.951	18.685	20.636
Nova Divineia e outros	1.583	16.678	18.262	0	0	0	1.409	12.539	13.948
Guarabu	4.688	27.885	32.573	0	0	0	4.531	26.971	31.502
Areal	1.306	5.464	6.770	0	0	0	1.276	5.311	6.587
Vila Esperança	1.447	15.083	16.530	0	0	0	970	9.524	10.494
Vila Rica de Irajá	2.275	22.292	24.567	0	0	0	2.048	18.297	20.345
João Lopes	933	5.325	6.258	0	0	0	878	4.966	5.844
Parque Alegria	410	7.796	8.206	0	0	0	391	5.136	5.526
Vila Catiri	1.102	8.639	9.741	0	0	0	1.091	7.930	9.021
<i>Urbanização de Áreas 2010/2011</i>									
Colônia Juliano Moreira	22.561	39.968	62.529	0	0	0	12.494	20.405	32.899
Babilônia e C Mangueira	30.272	39.824	70.096	0	2	2	30.272	19.754	50.026
Jardim do Amanhã - C Deus	7.813	35.872	43.685	0	0	0	2.034	9.092	11.126
Complexo do Alemão	17.408	59.989	77.396	0	0	0	11.492	39.601	51.093
Complexo de Manguinhos	8.473	29.862	38.336	0	0	0	1.747	4.347	6.094
Morro da Coroa	16.135	22.621	38.756	5	54	59	15.378	21.607	36.985
Comunidade Guarabu	8.068	19.439	27.507	0	0	0	6.760	14.307	21.067
SUB-TOTAL Urbanização de Áreas	129.191	399.962	529.152	5	56	61	97.387	258.639	356.026
Lotes 1B/ e 1C Jacarepaguá	40.388	198.493	238.881	0	0	0	28.781	140.937	169.717
Saneando Santa Cruz	73.456	207.246	280.701	2.331	6.297	8.628	49.888	136.932	186.820
Canal Mangue/Rio Joana	112.127	143.200	255.327	0	0	0	117.321	109.632	226.953
SUBTOTAL Saneamento	225.971	548.939	774.909	2.331	6.297	8.628	195.990	387.501	583.490
TOTAL PAC - FGTS	355.162	948.900	1.304.062	2.336	6.353	8.689	293.377	646.140	939.517

Fonte: F/ACR.

Tabela IV - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO BNDES e CEF - MOBILIDADE URBANA

MOBILIDADE URBANA	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2017			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
<i>BNDES-P. ESTRUTURADOR DE TRANSPORTE</i>									
Melhorias da Infraestrutura Viária e Urbana RJ, I e II, Suplemento e Reajustamento	664.187	4.315.389	4.979.577	40.541	66.400	106.941	607.360	4.056.294	4.663.654
<i>PRÓ-TRANSPORTE / CEF 2013</i>									
BRT Corredor Transbrasil	203.000	1.097.000	1.300.000	4.053	21.078	25.131	115.902	625.429	741.331
<i>PRÓ-TRANSPORTE / 2 ETAPA</i>									
Pav. Vias Sta. Cruz/Vala do Sangue	9.575	181.934	191.509	0	0	0	6.622	81.556	88.178
Pav. Vias em Sepetiba	2.940	55.857	58.797	578	4.003	4.581	2.918	46.699	49.617
Pav. Vias em Guaratiba	7.548	143.418	150.967	761	2.235	2.996	6.519	86.232	92.751
Pav. Vias no Bairro Maravilha	6.252	118.791	125.043	1.378	6.451	7.829	6.225	97.323	103.548
TOTAL	893.503	5.912.389	6.805.893	47.311	100.167	147.478	745.546	4.993.533	5.739.079

Fonte: F/ACR.

Tabela V - CONTRATOS DE EMPRÉSTIMO - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TRIBUTÁRIA	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2017			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
PNAFM 2 - 2ª Etapa - CEF/BID	1.556	14.000	15.556	1.234	11.123	12.357	1.234	11.123	12.357
PMAT IV - BNDES	11.310	45.240	56.550	0	0	0	0	0	0
TOTAL	12.866	59.240	72.106	1.234	11.123	12.357	1.234	11.123	12.357

Fonte: F/ACR.